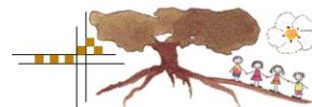


DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRAlestejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

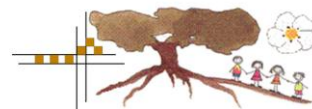
Índice

Penso que o meu filho/aluno tem dificuldades de aprendizagem. O que devo fazer?	3
O que fazer após saber que o seu filho tem uma Dificuldade de Aprendizagem Específica (DAE)?	3
O que é a referenciação	3
Quem pode efetuar a referenciação?	4
A quem é feita a referenciação?	4
Como é que é feita a referenciação?	4
Processo de avaliação	5
O que é o relatório técnico-pedagógico?	5
Existe prazo para a conclusão deste relatório?	6
O que é o PEI (Programa Educativo Individual)?	7
Um PEI é	7
Um PEI não é	7
Que informação deve obrigatoriamente incluir o PEI?	7
Como proceder á Elaboração do PEI?	8
Qual o prazo para a implementação do PEI?	8
Quem coordena o PEI?	9
O que é necessário para a implementação do PEI?	9
Quando é que o PEI tem de ser revisto?	9
Qual a frequência da Avaliação?	9
E se eu não concordar com o PEI?	11
Quais são as Medidas Educativas que integram a adequação do processo de ensino e de aprendizagem?	11
O que inclui o Apoio pedagógico personalizado?	11
A medida apoio pedagógico personalizado requer sempre a intervenção direta do docente de educação especial?	12
O que são Adequações curriculares individuais?	12
Quais são as Adequações no processo de matrícula?	12
Adequações no processo de avaliação	13



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRAlentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Currículo Específico Individual	13
O que são Tecnologias de Apoio?	14
O que é o PIT? (Plano Individual de Transição).....	14
Como é feita a certificação escolar?	15



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSR Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Penso que o meu filho/aluno tem dificuldades de aprendizagem. O que devo fazer?

Deverá primeiro falar com o(os) professor(es) do seu filho para tentar saber quais as dificuldades que ele revela na escola, assim como consultar o Médico de família/Pediatra expondo-lhes as suas suspeitas por forma a encaminhar a criança para avaliação pelo serviço competente.

O que fazer após saber que o seu filho tem uma Dificuldade de Aprendizagem Específica (DAE)?

Após ter confirmação de que o seu filho apresenta uma DAE, devera dirigir-se a escola e pedir para que este seja referenciado.

O que é a referenciação

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 5º

A referenciação consiste na comunicação/formalização de situações que possam indiciar a existência de necessidades educativas especiais de carácter permanente. Neste primeiro momento, devem ser indicados quais os problemas detetados. Em termos gerais, a referenciação deve espelhar o conjunto de preocupações relativas à criança ou jovem referenciado.



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRA Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Quem pode efetuar a referenciação?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 5º

A referenciação pode ser efectuada sempre que existe suspeita que uma criança ou jovem necessita de uma resposta educativa no âmbito da educação especial. De um modo geral, a iniciativa pode vir de:

Pais ou encarregados de educação;

Serviços de intervenção precoce;

Docentes;

Serviços da comunidade, tais como:

Serviços de Saúde;

Serviços da Segurança Social;

Serviços da Educação;

Outros.

Há que ter presente que, embora qualquer destes serviços possa fazer a referenciação, a família deverá ser contactada para autorizar o início do processo de avaliação.

A quem é feita a referenciação?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 5º

A referenciação é feita aos órgãos de gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência.

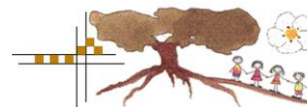
Como é que é feita a referenciação?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 5º

A formalização da referenciação é feita através do preenchimento de um formulário disponibilizado pela escola e no qual se regista:

O motivo da referenciação;

Informações sumárias sobre a criança ou jovem;



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRA Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Anexa-se toda a documentação que se considere importante para o processo de avaliação;

Após a referenciação compete ao conselho executivo desencadear os procedimentos necessários que levarão à tomada de decisão no âmbito do processo de avaliação.

Processo de avaliação

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 6º

A avaliação tem como objetivo recolher informação que permita: verificar se se está perante uma situação de Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente; dar orientações para a elaboração do Programa Educativo Individual (PEI) e identificar os recursos adicionais a disponibilizar.

Neste sentido, a primeira questão que se coloca é de saber se se está perante uma situação que exige uma avaliação especializada.

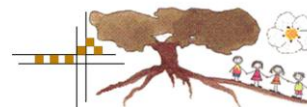
Caso se considere, uma vez analisada toda a informação disponível, que o aluno não apresenta necessidades educativas que exijam uma intervenção no âmbito da educação especial, os serviços acima referidos deverão proceder ao encaminhamento desta situação para os apoios disponibilizados pela escola que mais se adequem à situação, o que virá registado no relatório técnico-pedagógico.

Caso se considere a necessidade de uma avaliação especializada, o conselho executivo poderá solicitar a intervenção de outros técnicos ou serviços (serviços de saúde, centros de recursos especializados, escolas ou unidades previstas nos n.os 2 e 3 do art.º 4.º), para que em conjunto com os encarregados de educação se constitua uma equipa pluridisciplinar que avalie as necessidades específicas de cada aluno.

O que é o relatório técnico-pedagógico?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 6º

Depois de uma análise conjunta dos dados da avaliação, com a ajuda da checklist (cf. Checklist) é elaborado um relatório técnico pedagógico onde se identifica o perfil de funcionalidade do aluno, tendo em conta atividade e participação, as funções e estruturas do corpo e a descrição dos facilitadores e barreiras que a nível dos fatores ambientais influenciam essa mesma funcionalidade. O relatório deverá ainda explicar as razões que determinam as necessidades educativas especiais e a sua tipologia, bem como as respostas e medidas educativas a adotar que servirão de base à elaboração do Programa Educativo Individual (PEI).



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSR Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Confirmada a anuência do encarregado de educação, o relatório técnico-pedagógico será homologado pelo conselho executivo.

Existe prazo para a conclusão deste relatório?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 6º

Este relatório técnico-pedagógico fará parte integrante do processo individual do aluno.

O processo de avaliação **deverá ficar concluído 60 dias após a referenciação**, com a aprovação do PEI pelo conselho executivo.



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRALentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

O que é o PEI (Programa Educativo Individual)?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 8º

O Programa Educativo Individual (PEI) constitui um documento que assume a maior importância para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, bem como para todos os intervenientes no seu processo educativo.

Desenhado para responder à especificidade das necessidades de cada aluno, o PEI é um instrumento fundamental no que se refere à operacionalização e eficácia da adequação do processo de ensino e de aprendizagem. Este procedimento facilita a progressão ao longo da escolaridade, permitindo aos alunos completar o ensino secundário com maiores níveis de sucesso.

Um PEI é ...

- um documento formal que garante o direito à equidade educativa dos alunos com necessidades educativas de carácter permanente;
- um instrumento de trabalho que descreve o perfil de funcionalidade por referência à CIF-CJ do aluno e estabelece as respostas educativas específicas requeridas por cada aluno em particular;
- um documento que responsabiliza a escola e os encarregados de educação pela implementação de medidas educativas que promovam a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- um instrumento dinâmico que deve ser regularmente revisto e reformulado, uma vez que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações.

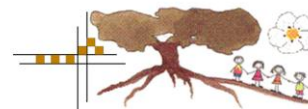
Um PEI não é ...

- um plano diário de aula ou de trabalho;
- apenas uma lista de estratégias de ensino/aprendizagem a desenvolver na sala de aula;
- uma declaração de intenções.

Que informação deve obrigatoriamente incluir o PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 8º

- Identificação do aluno;
- Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes;
- Indicadores de funcionalidade e fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem;



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRA Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

- Definição das medidas educativas a implementar;
- Discriminação dos conteúdos, dos objetivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar;
- Nível de participação do aluno nas atividades educativas da escola;
- Distribuição horária das diferentes atividades previstas;
- Identificação dos profissionais responsáveis;
- Definição do processo de avaliação da implementação do PEI;
- Data e assinatura dos participantes na sua elaboração e dos responsáveis pelas respostas educativas a aplicar.

Como proceder á Elaboração do PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 10.º

O PEI é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente responsável pelo grupo ou turma ou pelo diretor de turma, dependendo do nível de educação ou ensino que o aluno frequenta, pelo docente de educação especial e pelo encarregado de educação, ou seja, por quem melhor conhece o aluno e por quem trabalha diretamente com ele.

Sempre que se considere necessário, poderá ser solicitada a participação de outros elementos do departamento de educação especial, dos serviços técnico-pedagógicos de apoio aos alunos ou de outros serviços.

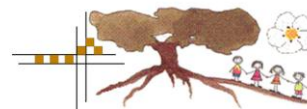
A elaboração do PEI no âmbito de um trabalho em equipa permite:

- a partilha de informação relativa ao funcionamento do aluno em vários contextos;
- uma compreensão comum, por parte de todos os intervenientes, dos facilitadores e barreiras ao desempenho do aluno;
- uma implicação mais ativa e responsável, por parte de todos, incluindo os pais ou encarregados de educação;
- uma intervenção contextualizada e concertada.

Qual o prazo para a implementação do PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 11º

A elaboração e aprovação do PEI deve decorrer no **prazo máximo de 60 dias após a referenciação**, dando-se início à sua implementação.



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSR Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

Quem coordena o PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 11º

O coordenador do programa educativo individual é o educador de infância, o professor do 1.º ciclo ou o diretor de turma a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra.

O que é necessário para a implementação do PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 13º

- Para que o PEI possa ser implementado tem necessariamente que:
- ser aprovado por deliberação do conselho pedagógico e homologado pelo conselho executivo;
- existir uma autorização expressa dos encarregados de educação, consubstanciada no próprio PEI.

Quando é que o PEI tem de ser revisto?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 13º

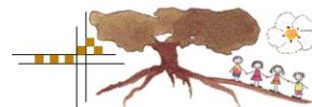
Obrigatoriamente, tem de ser revisto no final de cada nível de educação e ensino e no final de cada ciclo do ensino básico.

Qual a frequência da Avaliação?

A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no programa educativo individual tem, obrigatoriamente, de ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola e consubstanciada num relatório no final do ano letivo.

Este relatório circunstanciado deve:

- ser elaborado conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1.º ciclo ou diretor de turma, pelo docente de educação especial e outros profissionais que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno;



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRAlentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

- explicitar a necessidade, ou não, de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino/aprendizagem;
- propor as alterações necessárias ao programa educativo individual;
- ser aprovado pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação;
- constituir parte integrante do processo individual do aluno;
- ter anexado o programa educativo individual e obrigatoriamente ser disponibilizado ao estabelecimento de ensino que receba o aluno, para prosseguimento de estudos ou em resultado de processo de transferência.
- decorrente desta avaliação pode haver necessidade de rever o programa educativo individual, o que pode ser feito a qualquer momento.



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRA Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

E se eu não concordar com o PEI?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 13º

Sempre que os pais ou o encarregado de educação não concordem com as medidas propostas têm o direito de recorrer aos serviços regionais do Ministério da Educação, mediante a apresentação de um documento escrito no qual fundamentem as razões da sua discordância.

Tal como em relação a todos os outros alunos, a avaliação daqueles que têm um programa educativo individual deve assumir um carácter de continuidade, devendo ser usadas diversas estratégias, designadamente, observação direta, construção de portefólios, provas de avaliação, auto-avaliação do aluno, avaliação dos pares, etc.

Nas reuniões de avaliação, os intervenientes devem partilhar as suas perceções relativamente ao desempenho do aluno e progressos verificados, de forma a definir ou redefinir prioridades (cf. Preparação individual de reunião de equipa).

Esta avaliação permite obter dados essenciais para se monitorizar a eficácia das medidas educativas, podendo, a qualquer momento, ser necessário introduzir alterações às medidas inicialmente definidas.

Quais são as Medidas Educativas que integram a adequação do processo de ensino e de aprendizagem?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 16º

As medidas educativas que integram a adequação do processo de ensino e de aprendizagem são:

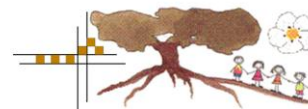
- Apoio pedagógico personalizado
- Adequações curriculares individuais
- Adequações no processo de matrícula
- Adequações no processo de avaliação
- Currículo específico individual Tecnologias de apoio

O que inclui o Apoio pedagógico personalizado?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 17º

O apoio pedagógico personalizado inclui:

- o reforço de estratégias a desenvolver com estes alunos, no seu grupo ou turma, ao nível da organização, do espaço e das atividades;



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRALentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

- o estímulo e o reforço de determinadas competências e aptidões necessárias à aprendizagem;
- a antecipação e o reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no âmbito do grupo ou da turma;
- o reforço e desenvolvimento de competências específicas.

A medida apoio pedagógico personalizado requer sempre a intervenção direta do docente de educação especial?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 17º

A medida apoio pedagógico personalizado apenas requer a intervenção direta do docente de educação especial quando, no PEI do aluno, se preveja a necessidade de realizar atividades que se destinem ao reforço e desenvolvimento de competências específicas, não passíveis de serem efetuadas pelo docente responsável de grupo, turma ou disciplina.

O que são Adequações curriculares individuais?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 18º

A medida adequações curriculares individuais traduz-se em adequações de âmbito curricular, que não põem em causa o currículo comum ou as orientações curriculares respeitantes ao pré-escolar.

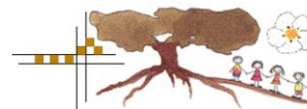
Neste sentido, poderão ser introduzidas disciplinas ou áreas curriculares específicas, designadamente Língua Gestual Portuguesa (L1) e Língua Portuguesa/Português segunda língua, para alunos surdos (LP2), leitura e escrita em Braille, orientação e mobilidade, treino de visão e atividade motora adaptada, entre outras, permitindo o acesso ao currículo comum, bem como uma maior autonomia.

Estas adequações podem ainda traduzir-se na introdução de objetivos e conteúdos intermédios ou na dispensa de atividades sempre que o nível de funcionalidade do aluno dificulte acentuadamente, ou impossibilite, a sua execução. A dispensa de atividades deverá ser aplicada, única e exclusivamente, quando o recurso a tecnologias de apoio não for suficiente para permitir a sua realização.

Quais são as Adequações no processo de matrícula?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 19º

Todos os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente podem frequentar o jardim-de-infância ou a escola independentemente da sua área de residência. Aos



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRA Alentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

alunos surdos, cegos, ou com baixa visão, é dada prioridade na matrícula em escolas de referência.

Os alunos com perturbações do espectro do autismo, multideficiência, ou surdocegueira congénita, podem matricular-se e frequentar escolas com unidades de ensino especializado independentemente da sua área de residência.

Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente pode ser concedido o adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade apenas por um ano, não sendo possível a sua renovação.

No caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e no ensino secundário, a matrícula dos alunos com necessidades educativas de carácter permanente pode ser feita por disciplinas, desde que não seja alterada a sequencialidade do regime educativo comum.

Adequações no processo de avaliação

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 20º

O processo de avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, à exceção dos que têm um currículo específico individual, segue as normas de avaliação definidas para os diferentes níveis e anos de escolaridade, podendo, no entanto, proceder-se a adequações que, entre outras, consistem em alterações:

- do tipo de provas;
- dos instrumentos de avaliação e certificação;
- das condições de avaliação (i.e. formas e meios de comunicação, periodicidade, duração e local da mesma).

A avaliação é um elemento integrante e regulador das aprendizagens, ...

... os alunos com Currículo Específico Individual não estão sujeitos ao processo de avaliação e de transição de ano escolar característico do regime educativo comum.

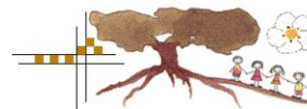
Estes alunos ficam sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no seu PEI.

Currículo Específico Individual

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 21º

O Currículo Específico Individual prevê alterações significativas no currículo comum que se podem traduzir:

- na priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros;
- na eliminação de objetivos e conteúdos;



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRALentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

- na introdução de conteúdos e objetivos complementares referentes a aspetos bastante específicos (i.e. comunicação não verbal; utilização de tecnologias de apoio no âmbito da comunicação, mobilidade, acessibilidades);
- na eliminação de áreas curriculares.

É o nível de funcionalidade do aluno que vai determinar o tipo de modificações a realizar no currículo. Estas devem corresponder às necessidades mais específicas do aluno.

Pretende-se que estes currículos:

- tenham um cariz funcional, ou seja, as atividades propostas têm que ser úteis para a vida presente e futura (pós- escolar) do aluno;
- a seleção das competências a desenvolver deve ter como critério a sua aplicabilidade nos diferentes contextos de vida do aluno;
- a aprendizagem das competências definidas deve ser, sempre que possível, realizada nos contextos reais por forma a dar-lhes significado;
- as atividades devem estar relacionadas, na medida do possível, com a idade cronológica e com os interesses do aluno.

O que são Tecnologias de Apoio?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 22º

No âmbito da educação especial referimo-nos a tecnologias de apoio como um conjunto de dispositivos e equipamentos que têm por objetivo compensar uma limitação funcional e facilitar um modo de vida independente, sendo por isso elementos facilitadores do desempenho de atividades e da participação dos alunos com necessidades educativas especiais em diferentes domínios (aprendizagem, vida social e profissional).

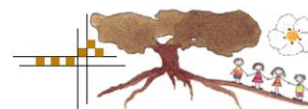
As tecnologias de apoio podem ser utilizadas em diferentes áreas, tais como:

- cuidados pessoais e de higiene;
- mobilidade;
- adaptações para mobiliário e espaço físico;
- comunicação, informação e sinalização;
- recreação

O que é o PIT? (Plano Individual de Transição)

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 14º

Sempre que os alunos apresentem necessidades educativas especiais de carácter permanente que os impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum,



DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DSRALentejo – Direção de Serviços da Região Alentejo
AGRUPAMENTO DE ESCOLA N.º 2 DE SERPA

deve a escola, três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, complementar o PEI com um Plano Individual de Transição (PIT).

O PIT é um documento que ...

- consubstancia o projeto de vida do aluno, para uma vida em sociedade com adequada inserção social e familiar ou numa instituição que desenvolva atividades de carácter ocupacional e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional;
- perspetiva um processo dinâmico, a curto, médio e longo prazo, com o objetivo de promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária;
- deve ser flexível, para responder a mudanças de valores e experiências;
- deve responder às expectativas dos pais sobre o futuro do filho e aos desejos, interesses, aspirações e competências do jovem;
- deve definir as etapas que é necessário percorrer e as ações a desenvolver, desde o presente até à conclusão do percurso educativo, para que o aluno consiga tornar real o seu projeto de vida;
- não deve duplicar a informação constante no PEI, mas sim acrescentar informação específica relativa ao processo de transição;
- é elaborado pela equipa responsável pelo PEI, em conjunto com o jovem, a família e outros profissionais, nomeadamente das áreas da segurança social e serviços de emprego e formação profissional;
- deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos pais ou encarregado de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno.

Como é feita a certificação escolar?

Decreto-lei 3/2008 - Artigo 15º

Os instrumentos de certificação da escolaridade devem adequar-se às necessidades especiais dos alunos que seguem o seu percurso escolar com programa educativo individual, identificando as adequações do processo de ensino e de aprendizagem que tenham sido aplicadas.

Para efeitos de certificação devem ser seguidas as normas de emissão e utilizados os formulários legalmente fixados para o sistema de ensino.